

A Educação de Adultos como forma educativa e política de resistência...

Entrevista de: Abílio Amiguiño
Escola Superior de Educação
do Instituto Politécnico de Portalegre

Nesta entrevista, Alberto Melo relata e analisa o seu longo percurso pela educação de adultos e pelo desenvolvimento local. Não ficam dúvidas sobre o carácter político de um e de outro que, indelevelmente, associou na sua trajetória pessoal e social de intervenção comunitária, de quase 50 anos. Os propósitos de emancipação e de libertação das pessoas e das comunidades tornaram a educação de adultos numa prática subversiva que os poderes instituídos procuraram esvaziar, ou desviar sistematicamente, das suas intenções mais genuínas ou populares. Como explicitamente refere, essa será a justificação para o estado atual das políticas públicas neste âmbito. Mas este vazio é também o que exige recuperar o sentido de resistência da educação de adultos e impõe novos projetos e práticas alternativos. O contributo de Alberto Melo é, a este título, absolutamente evidente e incontornável.

Abílio Amiguiño (A.A.) – Há quantos anos te dedicas ao estudo e à intervenção no âmbito da educação de adultos?

Alberto Melo (A.M.) – É difícil dizer-te exatamente quando foi o primeiro ano, digamos assim. Lembro-me de andar a estudar no secundário, com catorze anos, e de me pedirem para dar explicações a uma moça lá da aldeia, que queria fazer o exame de regente primária. De maneira que dei explicações e fui-me ocupando. Depois fiz o curso de Direito que não tinha nada a ver com a educação.

Por outro lado, comecei a empenhar-me nas questões políticas, não tanto na militância direta, mas como testemunha atenta do que se ia passando, formando as minhas posições, isto, claro, no período salazarista. Acabei por recusar ir para a guerra colonial, e

exilei-me, como muitos outros. Em França, fui trabalhar para a OCDE, integrado numa equipa de estudos sobre problemas relacionados com investimentos públicos na educação, especialmente no ensino superior. Portanto, estava focado fundamentalmente na educação formal, mas comecei a pensar também que a educação formal não resolveria os problemas todos.

Pareceu-me, como disse, que o puro investimento no ensino formal não iria resolver problemas tão vastos, e que era necessário, para avançarmos, haver cada vez mais atividades no quotidiano, no contexto em que as pessoas viviam e trabalhavam. Não pensar apenas nas escolas para resolver esses problemas, mas pensar em multiplicar espaços de aprendizagem pela sociedade fora. Foi esta posição, esta intuição, se quiseres, que me levou a deixar o trabalho que tinha e a procurar uma

formação especializada. Foi então que fui para Manchester fazer uma pós-graduação.

A. A. – Digamos, se me permites, que havia uma consciência política, uma visão política das coisas, que te levou, no fundo, a chegar à educação de adultos...

A.M. – Sim. Um caminho pela política, no sentido em que acreditava que as sociedades se transformavam, não tanto pela conquista do poder (até porque na altura estava traumatizado pela experiência soviética e outras que desembocaram em totalitarismos), mas sim pela formação do cidadão, de pessoas cada vez mais autónomas, capazes de pensar pela sua própria cabeça, capazes de saber mais sobre a sociedade. Para Portugal, parecia-me que era esta a abordagem a adotar, uma aposta na formação regular, intensa, constante, permanente...

A.A. – De progressiva capacitação das pessoas...

A.M. – Isso, na altura, estava a ser confirmado pelos estudos que saíam da própria UNESCO, o relatório de Edgar Faure, etc., todas ideias de educação permanente. Eram coisas que eu ia lendo e que confirmavam, de certo modo, as minhas convicções.

A.A. – E que aprofundavam essa ligação entre a política e a educação...

A.M. – Exatamente. Depois fui para Manchester. Estive lá dois anos a fazer o curso de pós-graduação. Pelo menos abriu-me ao mundo que eu não conhecia. Acho que a vantagem de um curso deste tipo não é tanto os conteúdos que se aprendem, porque esses nós podemos lê-los em muitos livros. É mais entrarmos num novo mundo com referências, com bibliografias, com conhecimento das grandes organizações que se ocupam da educação. Senti que tinha entrado na educação de adultos, portanto, em 1969 e 1970, já lá vão quarenta e três anos.

A.A. – Alberto Melo, esta pergunta, às vezes, é feita noutros contextos: onde é que estavas, quando o 25 de Abril aconteceu?

A.M. – Estava a viver em Inglaterra, a norte de Londres. Trabalhava para a Universidade Aberta inglesa. A pós-graduação de que te falei abriu-me a oportunidade de entrar para o quadro docente dessa universidade. Portanto, na manhã de 25 de abril, eu tinha apanhado o comboio cedo para ir para Londres gravar uns programas de televisão e de rádio para o curso em que estava a trabalhar. Na estação de comboio comprei o *Guardian* e, logo na primeira página, vi qualquer coisa como um golpe de estado em Portugal. Na altura não sabiam para que lado era o golpe, se de direita ou de esquerda, se de Américo Tomás contra Marcelo Caetano; havia muitas dúvidas. Mas quando cheguei ao local de trabalho, mesmo num polo da BBC, fiquei num centro privilegiado para receber as notícias que chegavam. Quando ouvi falar em Spínola fiquei mais descansado. Se era o Spínola, de qualquer modo, já era outra coisa. Tinha ouvido falar do livro dele, do *Portugal e o Futuro*.

A.A. – Não ficaste muito mais tempo...

A.M. – Logo em maio, consegui negociar uns dias de férias e vim a Portugal. Estive com os meus pais e com amigos, que ficaram de procurar qualquer coisa. Queria largar o emprego de que até gostava muito. Suponho que teria ficado por lá se não tivesse acontecido o 25 de Abril em Portugal. Eu gostava muito daquele trabalho, que também tem a ver com a educação de adultos, como sabes.

A. A. – Claro.

A.M. – A perspectiva de se criar em Portugal uma Universidade Aberta foi o motivo para Rui Grácio, que era na altura Secretário de Estado, me oferecer trabalho no Ministério da Educação.

A. A. – Depois vem a Direção Geral da Educação Permanente?

A.M. – Não é logo. Quando entro para o ministério, entro na carreira normal dos técnicos superiores e, juntamente com a Emília Santos, o Bártolo Paiva Campos e o José Carlos Abrantes, entre outros, criou-se uma pequena equipa de formação de professores

à distância. Dada a minha experiência na Universidade Aberta, acharam que eu ficaria ali bem, a preparar um programa de educação de professores, porque iam formar muitos professores em muito pouco tempo, e achavam que a abordagem à distância seria a mais adequada. Assim, estive uns meses a trabalhar no Instituto de Tecnologia Educativa, na altura dirigido pela Manuela Silva, no programa de formação de professores, embora sentisse que não era exatamente essa a minha vocação. Entretanto o Bártolo Paiva Campos substituiu o Rui Grácio como Secretário de Estado, no tempo de Vitor Alves e do sétimo governo provisório.

A.A. – O Vitor Alves que era do Conselho da Revolução...

A.M. – O Vitor Alves, que era do Conselho da Revolução, foi Ministro da Educação do último governo provisório, antes das eleições. Quando a Diretora Geral da Educação Permanente é saneada pelos trabalhadores, o Bártolo Paiva Campos pede-me para aceitar o cargo. Portanto, fui para lá em outubro de 1975.

A.A. – Já a seguir ao “verão quente”...

A.M. – Logo a seguir. Foi em setembro ou outubro. Reunia com pessoas que por lá andavam, e constituiu-se um pequeno conselho consultivo com pessoas exteriores com quem trocava impressões, como a Ana Benavente, que então convidei. Também convidei a Teresa Santa Clara Gomes, e havia mais uma ou outra pessoa, que agora não recordo, com que gostava de trocar impressões sobre as estratégias, sobre as abordagens. Foram cerca de nove meses até às eleições de 1976, que o PS ganhou com ampla margem.

A.A. – É então que se inicia a chamada normalização, não é?

A.M. – De certo modo, sim, quer dizer, eu não tinha nada, em princípio, contra o PS, o Vitor Alves estava próximo do PS, tinha trabalhado muito com ele, mas, quando soube que era o Sotto Mayor Cardia o futuro ministro, pedi logo a demissão.

A.A. – Mas antes de pedires a demissão, vocês fizeram um trabalho que hoje surge como uma referência marcante. Porque é que achas que as pessoas têm de facto uma memória positiva desse tempo e desse trabalho?

A.M. – Também acho que foram nove meses da minha vida profissional em que trabalhei com enorme satisfação, apesar de muitos problemas internos, porque lá dentro havia muitas lutas. Uma linha forte ligada ao Partido Comunista, e depois havia outros grupos. Mas acho que, a pouco e pouco, as pessoas foram sendo atraídas por uma estratégia que fazia sentido ao Portugal daquela altura. Que era uma estratégia de se construir uma nova política de educação de adultos que fosse completamente diferente do que existia anteriormente. Não queríamos um plano, como queriam as pessoas ligadas ao Partido Comunista, um plano para erradicar o analfabetismo em Portugal, lançar brigadas por todo o país, o que parecia uma perspetiva muito militar e um bocado totalitária. É preciso que as pessoas queiram aprender, antes de mais. Não é estar a obrigá-las a aprender e a chamar-lhes ignorantes e analfabetas, e “agora vamos aprender, se não somos burros”. Esta era um bocado a perspetiva que existia.

A.A. – Mas não deixa de ser curioso...

A.M. – Devemos, antes de mais, criar motivação para mais aprendizagem. E essa motivação estava em muitos sítios, estava no próprio terreno através de experiências que se estavam a desenvolver, experiências de intervenção comunitária em que as pessoas se empenhavam com projetos. Nessas dinâmicas, sentiam a necessidade de saber mais, e, realmente, havia muitos grupos a pedir apoio, assistência, porque queriam aulas disto e daquilo, porque queriam um animador para o teatro, queriam um historiador que os ajudasse a fazer a história da sua terra. As pessoas, então, sentiam que o país era delas. Uma grande herdade no Alentejo ou uma aldeia minhota não lhes diziam nada, quando se sentiam numa situação de dominados, não se sentiam cidadãos. Quando se sentiram capazes, libertos, digamos, para fazer coisas, para mudar o seu dia a dia, para mudar os seus territórios, sentiram imediatamente a

necessidade de saber mais, de aprender. Então, eles próprios vinham pedir formação.

A.A. – Digamos que, diferentemente daquilo que pretendiam determinadas forças políticas, como o Partido Comunista, que procuravam criar uma vanguarda educativa, criou-se uma retaguarda educativa para experiências no terreno, para intervenção comunitária. Não foi isso um pouco?

A.M. – Foi muito assim, realmente, porque, naquela altura, havia mesmo uma dinâmica social forte. Havia invenção, havia criatividade. Não fazia sentido travar aquilo tudo. Em nome de um programa único, definido de cima para baixo? E chamar especialistas internacionais para definirem um plano para nós? Também não fazia sentido. Era acompanhar esses movimentos e, de certo modo, ver aquilo de que eles necessitavam, dando os apoios possíveis que nem sequer eram em dinheiro, normalmente, era mais em apoios de assistência técnica, em materiais, em equipamento. Quando os suecos vieram, e ficaram bastante interessados pela abordagem, eu fui à Suécia, na altura com o Vítor Alves, e eles ficaram admirados. Só lhes pedimos carrinhas para poder bater o terreno, umas cinco para distribuir pelas equipas regionais. Pedimos-lhes gravadores de som, porque o que nós queríamos era ouvir as pessoas e gravar o que tinham a dizer, a contar, a explicar. A ideia não era haver um manual único de alfabetização ou de educação básica, a ideia era gravar o que as pessoas tinham para dizer, traduzir a oralidade em escrito e depois dar a ler essas coisas às pessoas. Portanto, aquilo que as próprias pessoas tinham dito, passado a escrito, era lido por elas, e assim destruía-se aquele distanciamento e aquele medo do escrito; porque a pessoa sabia que o que estava por detrás do escrito eram as suas próprias palavras. Foram métodos que se foram adotando sem uma estratégia pré-concebida, mas dançando consoante a música.

A.A. – Era um tempo em que se podia falar em educação popular...

A.M. – Sim, foi essa a denominação que nós usámos. Foi muito mais a educação popular do que a educação permanente. Esta fase, nós

consideramo-la fundamentalmente de educação popular. Aliás os suecos compreenderam muito bem, enquanto aqui, em Portugal, Sotto Mayor Cardia retirou logo a palavra, dizendo que isso era do terceiro mundo.

A.A. – A designação existia no Canadá, também...

A.M. – No Canadá, sim, a expressão mantém-se e continua. Em França, também se mantém numa corrente que data da Resistência contra a ocupação nazi.

A.A. – Esses tempos que tu viveste serviram também para formares uma opinião sobre essa dinâmica popular, essa participação tão elevada das populações e das comunidades, que nunca foi tão alta como nesse tempo.

A.M. – Sem dúvida! Por isso me pareceu que o papel da administração pública era, fundamentalmente, apoiar o que existia, e tomar esses exemplos como a base de toda a reforma educativa de adultos em Portugal.

A.A. – Mas o que se seguiu foi, de alguma forma, conter esse movimento e esse ímpeto, normalizando...

A.M. – Sim. A estratégia, depois das eleições, que começou logo a desenhar a integração de Portugal na União Europeia, na altura CEE, foi nesse sentido. Houve, apesar de tudo, também uma tentativa da Direção Geral de Educação de Adultos, com o famoso PNAEBA, que me parece o plano mais completo e fundamentado que se fez em Portugal na área da educação de adultos.

A.A. – Mas permanentemente à espera de ser levado à prática, o que nunca acabou por acontecer.

A.M. – Foi mais um daqueles casos da história da governação neste país, em que aparece o plano, aprovado por unanimidade na Assembleia da República, mas que o executivo meteu na gaveta.

A.A. – Sem querer dar um salto na nossa conversa, depois acrescenta-se a este teu

percurso o desenvolvimento local, uns anos mais tarde.

A.M. – Não muitos. Porque depois, quando saí da Direção Geral da Educação Permanente, fui convidado pela Lurdes Pintasilgo para trabalhar com ela na UNESCO, na delegação portuguesa. Na UNESCO ocupava-me fundamentalmente do setor educativo. Depois dei aulas em Inglaterra e em Paris. Acabei por regressar a Portugal, em finais de 1983, à Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve, que na altura era o Instituto Politécnico de Faro. Foi aí que comecei a criar um projeto de intervenção nas comunidades da Serra do Caldeirão, em que tentava efetivamente pôr em prática uns quantos princípios que eu tinha tentado implementar na Direção Geral de Educação Permanente.

Passei, então, a ser animador de terreno e a tentar fazer no dia a dia uma intervenção direta com as pessoas. No fundo era pôr em prática o mesmo tipo de princípios, ideias, métodos, mas já numa escala micro, e foi isso que me levou ao desenvolvimento local.

A.A. – Num tempo em que o Algarve se tinha deslocado quase todo para o litoral...

A.M. – Sim, em que a serra se estava a desertificar, especialmente de homens em idade ativa. Vinham trabalhar para a construção civil, para os restaurantes e hotéis, enquanto ficavam nas aldeias as mulheres, as crianças e os idosos. Praticamente todo o trabalho era feito ali por mulheres.

A.A. – Qual foi o vosso ponto de entrada? Penso que foi o da educação das crianças em idade da designada educação de infância...

A.M. – Foi por uma questão meramente conjuntural. O projeto de intervenção que nós tínhamos concebido, sempre lhe chamámos projeto de desenvolvimento local integrado. Com várias componentes: educativa, social, cultural, ambiental. Mas não tivemos nenhum apoio a nível nacional, e o apoio que tivemos foi de uma formação na Holanda que, por estatuto, dava prioridade às crianças com idade pré-escolar. Sabendo que um processo de intervenção integrada pode começar por qualquer

coisa que seja do interesse das populações, criaram-se então centros de animação infantil nas sedes de freguesia; e, a partir daí, procurámos alargar as atividades, para trabalho com as mães, para criação de empresas através do artesanato. Mas nós nunca nos esquecemos que o objetivo era muito mais global e integrado.

A.A. – É nessa altura que nos teus escritos começa a surgir a expressão “cultura de desenvolvimento”...

A.M. – Sim. Era uma coisa que se ouvia então bastante, especialmente em França. Essa ideia de cultura de desenvolvimento, de algo que pudesse ser interiorizado pelas próprias populações. De pôr as populações em movimento... “Desenvolvimento” foi sempre uma palavra bastante ambígua da qual tivemos algum receio, mas utilizámo-la, também.

A.A. – De certa forma, também não havia outra...

A.M. – Sim, porque, para muitos, desenvolvimento era o mesmo que crescimento. Era aumentar o PIB, era mais dinheiro, mais transações, mais produção, mais consumo, mais investimento material. E, a pouco e pouco, começámos a fugir da ideia de desenvolvimento e a carregar mais na ideia do bem-estar. Bem-estar, qualidade de vida. Que passa, sem dúvida, pela satisfação das necessidades básicas, mas que vai muito além da ideia de fazer subir o PIB.

A.A. – Mas essa cultura de que falavas tinha a ver com o voltar a acreditar que populações, de alguma forma entregues ao fatalismo e à resignação... Quer dizer, tudo isso fazia parte do movimento educativo de natureza informal, mas que não rejeitava a formação formal. Não é verdade?

A.M. – Sim, claro está. Especialmente para este tipo de populações, arredadas das questões culturais e educativas, acho que a porta de entrada deve ser pelos aspetos informais. E, se forem bem-sucedidas, estas atividades iniciais, as pessoas motivam-se e, às tantas, começam a procurar formalizar e a receber formações mais estruturadas que, inclusivamente, as

qualifiquem para o emprego, que lhes deem mais perspetivas de vida e de trabalho. Acho que é um erro fazermos disto um dilema (formal versus informal).

Isto é, ou se investe no informal, ou no formal. Ora, para o formal ser bem-sucedido, especialmente para populações que estão arredadas deste mundo, e que não são candidatos automáticos e espontâneos, o informal é fundamental.

A.A. – Alberto Melo, recordo uma expressão que tu utilizavas nos teus escritos que era, de certa maneira, não substituir a formação “face a face” pela formação “ombro a ombro”... Mas o que significava a expressão “formação ombro a ombro”?

A.M. – Quer dizer que o “face a face” era ter o formador em frente... Quase num confronto. Eu gostava mais “do ombro a ombro”, no sentido de se constituírem comunidades de projeto, em que o projeto não é necessariamente educativo, e acho até que nem deve ser normalmente educativo na sua centralidade. É um projeto que envolve e interessa muita gente de uma comunidade e, uma vez definido esse projeto, vamos então trabalhar juntos nele.

Umás vezes, é uma pessoa que tem muito conhecimento e muita experiência no campo, por exemplo, da agricultura, que nos dá lições e explica como é. Outras, é uma outra pessoa que tem a sua oficina, e é preciso fazer lá uns instrumentos, e vamos todos trabalhar para lá. Essa pessoa vai ser o formador. Criam-se situações em que há uma partilha entre quem forma e quem é formado.

Essa situação educativa gera, efetivamente, necessidades de formação, e o formador será a pessoa mais experiente, mais qualificada nesse setor. E, nesse sentido, criamos comunidades de intervenção, com uma abordagem educativa nas pessoas que trabalham “ombro a ombro”, porque há uma certa paridade de estatuto.

A.A. – Exatamente. Alberto Melo, falámos já de um conjunto de experiências. De uma forma sintética, o que reténs de mais significativo do percurso de que estivemos a falar?

A.M. – Acho que tem havido um certo contraste entre as posições das pessoas da equipa de intervenção. Eu, a Priscila e outros ainda hoje nos sentimos um bocado frustrados, porque não conseguimos aquilo que queríamos. De certo modo, não conseguimos transformar a Serra do Caldeirão num espaço efetivamente bem-sucedido, que atraia pessoas. O facto é que continua a haver o êxodo rural, continua a haver quase uma impossibilidade de as pessoas jovens ficarem por lá, por falta de atividade e de condições de vida. Nós sentimo-nos um bocado frustrados, mas isso contrasta com as pessoas de lá, que dizem que aquele projeto, aquele processo, as transformou.

São outras pessoas, hoje. E isso tem-se visto. São pessoas que aparecem nas listas de candidaturas, são pessoas que criam mercados locais, são pessoas que lançam iniciativas para um grupo de dança, ou um grupo coral, ou um grupo de teatro. São pessoas que estão continuamente a tomar iniciativas e que revelaram efetivamente as suas qualidades de liderança e criatividade social.

Ainda domingo¹, foi eleita uma moça, para a Junta de Freguesia, que trabalhou connosco desde os dezanove anos, e agora tem quarenta. Candidatou-se e ganhou a Junta. Uma outra também ganhou a Junta de uma outra freguesia da serra. Todas elas dizem que se não fosse esta experiência não tinham chegado aonde chegaram.

A.A. – No fundo, as pessoas capacitaram-se. Formaram-se durante esse percurso, e isso é que é relevante...

A.M. – Sim. Quer do ponto de vista informal, como aquela senhora que é hoje presidente da Junta, ou esta moça mais nova, que tinha o 6.º ano de escolaridade quando começou connosco e hoje já tem a licenciatura em Educação Social.

A.A. – Já falámos há pouco do que aconteceu com a fase de normalização a seguir ao 25 de Abril. Outras posturas se seguiram que, de alguma forma, contradisseram essas experiências e, provavelmente, não as apoiaram como deviam. A tua frustração também

¹ N.E.: Eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013.

é essa, um pouco? Ou não estavas à espera que houvesse esse reconhecimento? Porque, às vezes, quando esse reconhecimento existe pode ser perverso, não é?

A.M. – Pois, acho que tem muito a ver com a cultura do poder e com a forma como as pessoas, em Portugal, concebem o poder. O poder e a autoridade. Creio que para muita gente este tipo de abordagens, que procuram dar autonomia às pessoas, são... subversivas.

Põem-nos em causa, porque, como são pessoas que querem ter o poder, não pelas suas qualidades próprias (porque até não têm muita confiança nelas), mas pelo papel que ocupam, pela função, pelo cargo, são pessoas para quem a autoridade é fundamental, quer como profissionais, dirigentes ou autarcas. E qualquer coisa que procure dar autonomia aos cidadãos põe-nos em causa. Achrom que estamos a fomentar a crítica, o espírito crítico e a destruir a autoridade. Parece-me que numa situação em que é dominante essa perspetiva relativamente ao poder, independentemente do partido (encontrei pessoas assim em todos os partidos), não se pode esperar que haja aliados para uma abordagem que dê poder ao cidadão, que queira mostrar às pessoas que todos têm poder.

A.A. – **Por isso é que se costuma dizer que o poder, às vezes, quer secar tudo à sua volta.**

A.M. – É a estratégia do eucalipto.

A.A. – **Ainda que de uma forma genérica, o que podemos dizer hoje da Educação de Adultos em Portugal?**

A.M. – No fundo, é um tentar renovar uma certa linha de continuidade com o que se tinha feito na altura da Educação Popular, mas, claro, numa sociedade portuguesa muitíssimo mais evoluída, diferente. Não podemos ser irrealistas ao ponto de tentar retomar exatamente o que se tinha feito anteriormente. Mas é uma perspetiva de apostar sempre e fundamentalmente na pessoa, na sua capacidade, no seu conhecimento. Dar-lhe confiança.

A.A. – **Nas comunidades...**

A.M. – E foi fundamental. Já não numa perspetiva coletiva, de intervenção social, de

grupos. Que a perspetiva, agora, é muito mais individualista. Cada pessoa que passa num curso EFA, ou num Centro, vai sozinha. Portanto, a perspetiva comunitária, coletiva, parece-me uma pobreza nas modalidades mais recentes de Educação de Adultos. Mas foi assim que se pôde avançar. Fundamentalmente, parece que nem há regresso ao passado. Não há movimento. Há uma pura estagnação e paralisação. A escola parece que está a regressar realmente aos tempos do “bê-a-bá”, da tabuada e da aprendizagem por memorização, que é para acabar com o espírito crítico. Para ver se as pessoas, os miúdos, ficam cada vez mais dóceis.

Agora, a Educação de Adultos, tanto quanto eu estou a ver, parou, porque diziam que não tinha qualidade. Nem tem qualidade nem deixa de ter. Não há! Há essa história dos novos centros que estão a querer criar, com um nome muito esquisito, em que misturam a formação profissional e a formação de adultos, mas até isso é uma fraude. Com quase vinte por cento de desempregados, formação profissional para quê e para quem? É tudo um faz de conta, neste momento.

Também não querem formar cidadãos, porque, se o próprio país não é soberano, como é que há cidadãos?

A.A. – **Como é que há cidadãos? Justamente, Alberto Melo, é a sensação que eu tenho também neste momento. Não sei o que pensas acerca disto. É que mesmo em tempos difíceis para a intervenção comunitária, a partir de associações, designadamente associações de desenvolvimento local, apesar de tudo, ainda havia alguns apoios e, apesar da descontinuidade desses apoios, ainda havia projetos. Hoje, a maior parte das associações está seriamente limitada nas suas ações, para não dizer completamente coartada na sua intenção de fazer o que quer que seja. Não sei o que achas disto...**

A.M. – Sim, é um facto. Desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia que surgiram fundos, Fundo Social Europeu, etc., a que as associações podiam recorrer com projetos que eram analisados, selecionados. Depois surgiram até programas lançados pela própria Comissão Europeia, como o LEADER, para o desenvolvimento rural. Depois o EQUAL, um

projeto, como conheces, muito importante para o desenvolvimento social, que capacitou e permitiu a associações locais desenvolverem um trabalho excelente. Tão excelente que tiveram de acabar com ele!

Isso faz parte da própria dinâmica dentro da Europa, das instituições europeias, com os países a reivindicarem cada vez mais a nacionalização deste tipo de programas, que ligavam as pessoas, que ligavam o local ao global, à escala europeia. Portanto, as associações não podem realmente seguir por aí. As associações estão com margens reduzidíssimas de manobra e com uma autonomia praticamente aniquilada. As que continuam a querer trabalhar, na melhor das hipóteses, vão executar programas que estão definidos ao milímetro pelas entidades oficiais. São meras extensões da administração pública.

A.A. – O exemplo mais claro disso são os designados Contratos Locais de Desenvolvimento Social.

A.M. – Sim, é um dos exemplos. O PRODER também, no campo do desenvolvimento rural. As associações são, no fundo, extensões baratas da administração pública, que lhes exige tudo e mais alguma coisa. Há que fazer tudo o que há para fazer, com um trabalho burocrático enorme, com atrasos de meses e meses nos pagamentos. E realmente em condições de trabalho incríveis. É por heroísmo que algumas ainda se conservam.

A.A. – Para finalizar, quer a educação dos adultos, quer o desenvolvimento local, quer o que nasce da confluência de ambos, não vão ver aproximarem-se tempos fáceis...

A.M. – Não. Não se aproximam tempos fáceis. Acho que regressámos ao tempo em que a Educação de Adultos era um processo de resistência contra o totalitarismo no Portugal de Salazar. Noutros países, durante a ocupação alemã, como em França, também surgiram movimentos de Educação de Adultos bastante fortes. Ou movimentos, em resposta à opressão sobre as comunidades étnicas e outras, em países do terceiro mundo, também recorreram à educação popular para as lutas de libertação, e tudo o mais. Eu creio que nos aproximamos

cada vez mais de uma Educação de Adultos que terá de ser um instrumento de resistência, de luta contra o atual totalitarismo que existe, que é o totalitarismo da finança, do capital financeiro globalizado. Os donos do dinheiro mandam. Não há democracia possível num sistema dominado pelo dinheiro e por quem o tem. E, portanto, estamos numa ditadura com umas aparências de democracia, porque se pode dizer isto que eu estou a dizer, tu podes publicar o que eu disser, mas isto não lhes faz moessa nenhuma, porque, senão, não deixavam.

Mas, quanto a mim, a Educação de Adultos vai ter de ser posta ao serviço de alternativas. As pessoas que estão realmente em situação desesperada vão ter de ganhar mais autonomia pessoal, vão ter de produzir mais daquilo de que necessitam. Coletivos de produção, de prestação de serviços solidários, sem dinheiro, ou trocas solidárias, ou criar uma moeda local para se poder continuar a satisfazer necessidades básicas sem o dinheiro. Porque o dinheiro é raro e falta a muitas pessoas, em muitos grupos, em muitos territórios. Porque o dinheiro que eu levo aqui ao mercado, o euro, é o dinheiro que vai especular para a City de Londres ou para Kuala Lumpur, ou para qualquer outro sítio, a ganhar quinze, dezoito por cento de rendimento. Portanto, não lhes interessa dar-me o dinheiro, a mim, para ir ao mercado comprar batatas. Interessa é pôr esse dinheiro lá fora, o mais depressa possível, a render o máximo. Se esse dinheiro nos foge, nós temos de criar outra moeda para as nossas transações locais. Ou fazer trocas sem dinheiro através de mercados de trocas, mercados solidários. E a Educação de Adultos até pode ter um papel nesse sentido. Mas, ao mesmo tempo, também terá um papel ainda mais expressivo e mais ativo na resistência aberta à atual ditadura do capital financeiro e no combate às ideologias fraudulentas que dominam as universidades e os discursos de políticos e de comentadores.